

UM PLANO DE AÇÃO
PARA O SALVAMENTO DO
PROJETO NACIONAL DE
INFRAESTRUTURA



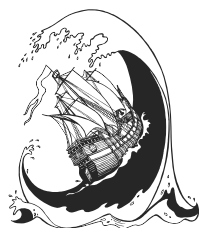
CONTRACORRENTE

WALFRIDO JORGE WARDE JÚNIOR
GILBERTO BERCOVICI
JOSÉ FRANCISCO SIQUEIRA NETO

UM PLANO DE AÇÃO PARA O SALVAMENTO DO PROJETO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA

São Paulo

2015



CONTRACORRENTE

Copyright © EDITORA CONTRACORRENTE

Rua Dr. Cândido Espinheira, 560 | 3º andar
São Paulo – SP – Brasil | CEP 05004 000
www.editoracontracorrente.com.br
contato@editoracontracorrente.com.br

Editores

Camila Almeida Janela Valim
Gustavo Marinho de Carvalho
Rafael Valim

Conselho Editorial

Augusto Neves Dal Pozzo
(Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP)

Daniel Wunder Hachem
(Universidade Federal do Paraná – UFPR)

Emerson Gabardo
(Universidade Federal do Paraná – UFPR)

Gilberto Bercovici
(Universidade de São Paulo – USP)

Heleno Taveira Torres
(Universidade de São Paulo – USP)

Jaime Rodríguez-Arana Muñoz
(Universidade de La Coruña – Espanha)

Pablo Ángel Gutiérrez Colantuono
(Universidade Nacional de Comahue – Argentina)

Pedro Serrano
(Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP)

Silvio Luís Ferreira da Rocha
(Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP)

Equipe editorial

Carolina Ressurreição (revisão)
Denise Dearo (design gráfico)
Mariela Santos Valim (capa)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

J826 JORGE WARDE JÚNIOR, Walfrido et. al.
Um Plano de Ação para o Salvamento do Projeto Nacional de Infraestrutura |
Walfrido Jorge Warde Júnior, Gilberto Bercovici, José Francisco Siqueira Neto – São
Paulo: Editora Contracorrente, 2015.

ISBN: 978-85-69220-05-3

Inclui bibliografia

1. Direito. 2. Direito Público. 3. Direito Administrativo. 4. Direito Econômico.
5. Direito Financeiro. 6. Direito Constitucional. 7. Política. I. Título.

CDU - 342

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
1 O PROBLEMA E A SUA MAGNITUDE	11
2 POR QUE A PETROBRAS E A UNIÃO DEVEM SER RES-SARCIDAS?	19
3 QUEM DEVE INDENIZAR?	29
4 COMO INDENIZAR?	33
4.1 TRANSAÇÃO PÚBLICO-PRIVADA.....	33
4.2 OBJETO DA TRANSAÇÃO.....	43
4.3 EFEITOS DA TRANSAÇÃO	45
4.4 INCENTIVOS À ADESÃO.....	47
5 LEILÃO DAS AÇÕES DE CONTROLE	49
6 ALTERNATIVA	53
7 ESTÍMULO À CRIAÇÃO DE ESTRUTURAS DE MERCADO	55
8 RISCOS PARA O ADQUIRENTE	57
9 O PLANO EM CONCRETO E A SUA EXECUÇÃO	61
10 CONCLUSÕES	63

BIBLIOGRAFIA	65
ANEXO 1	71
ANEXO 2	77
ANEXO 3	83
ANEXO 4	87
COMENTÁRIOS AO PLANO	91
PROFESSOR ANTONIO DELFIM NETTO	93
PROFESSOR HELENO TAVEIRA TORRES	97
MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA JOAQUIM LEVY	101
PROFESSOR LUIZ GONZAGA BELLUZZO	105
PROFESSOR MODESTO CARVALHOSA	111

APRESENTAÇÃO

Esta obra traz à luz uma contribuição independente e isenta, um plano de ação, um Plano de Ação para o Salvamento do Projeto Nacional de Infraestrutura, que oferta meios à solução de alguns dos mais perniciosos efeitos daquela que poderá ser uma das mais profundas crises de nossa história.

Uma crise temível, a conjunção de muitos infortúnios, pela qual responderá, em última análise, a nossa reiterada incapacidade de reformar a política, e sobretudo de domesticar as relações entre Estado e empresa, para que atendam os mais legítimos interesses da vasta maioria dos brasileiros.

Uma crise que já compromete a credibilidade de toda a autoridade política e de nossas mais importantes instituições, sob a constatação de que a governabilidade, aqui, não prescinde de expedientes inconfessáveis. Diante dessas profundas mazelas estruturais, o plano de ação que concebemos pode muito pouco. Não impedirá que novos escândalos ocorram, e que com eles, mais uma vez e sempre, malogrem os sonhos de todo um povo.

Acreditamos que o plano poderá ser útil, contudo, para mitigar alguns dos efeitos da crise, especialmente em sua acepção econômica, por meio da identificação, da articulação e do manejo de técnicas jurídicas disponíveis, que dispensam maiores esforços legislativos.

Se for implementado, o plano de ação aqui descrito poderá obstaculizar o franco perecimento dos mais essenciais projetos de infraestrutura e a falência de seus desenvolvedores, grandes conglomerados empresariais, no entorno dos quais gravitam muitas das pequenas e das médias empresas brasileiras. Será capaz de impedir um profundo desajuste das contas públicas, cuja higidez, no contexto de nosso modelo de capitalismo, pressupõe a solvabilidade desses grupos empresariais, que entretém uma biunívoca e perigosa relação de dependência com o Estado. E promete fazê-lo para estimular a concorrência, ao abrir entradas a novos operadores e arrefecer a preponderância do Estado no financiamento da infraestrutura. Isso tudo, sem falar na preservação dos milhões de empregos diretos e indiretos.

O plano foi concebido e enviado, em meados de maio deste ano, a inúmeros representantes governamentais, muitos dos quais nos receberam, permitiram que nos explicássemos e nos submeteram a um intenso e profícuo escrutínio. Merecem lembrança, nesse caminho, os diálogos com o Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União, com o Ministro de Estado Chefe da Advocacia-Geral da União, com o Ministro de Estado da Previdência Social, com o Ministro de Estado das Comunicações, com o Ministro de Estado da Fazenda e com o Consultor-Geral da União.

O plano foi apresentado a alguns dos maiores nomes da política, dos movimentos sociais e da intelectualidade. Essa consulta arregimentou muitos simpatizantes. Preocupados com os danos que a crise promete causar, especialmente para os desvalidos, muitos deles identificaram as viabilidades de nossas sugestões e nos apoiaram, incansáveis, ao aperfeiçoamento, à defesa e à promoção do plano.

O Ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi um dos primeiros e principais entusiastas do plano.

O Professor Luiz Gonzaga Belluzzo, um dos mais influentes economistas do mundo, não poupou esforços para divulgar e para defender o plano. E o fez todas as vezes em que, na condição de verdadeiro oráculo, foi instado a anunciar soluções para a grave crise que vivemos.

UM PLANO DE AÇÃO PARA O SALVAMENTO DO PROJETO NACIONAL...

O Professor Heleno Taveira Torres, aguerrido advogado do plano, apresentou-o ao Ministro Joaquim Levy, e ao Secretário Executivo Adjunto da Fazenda, o operoso e diligente Fabrício Dantas Leite. O interesse do Ministério da Fazenda foi, então, uma importante resposta positiva do Estado à iniciativa, à verdadeira intromissão de três cidadãos brasileiros muito angustiados.

Não podemos esquecer, do mesmo modo, as palavras de encorajamento e as contribuições de tantos outros que, para além das ideologias, sempre convergiram sob o desejo comum de trabalhar pelo Brasil.

A pluralidade e a convergência são representadas pelas vozes dos mais variados atores dos cenários acadêmico, político e social, registradas nos comentários ao final deste trabalho.

Ainda é incerto o futuro de nossas propostas. Não se sabe o que o governo atual fará diante dos impasses e dos desafios que a crise impõe. Resta-nos torcer por sábias decisões.

O Plano de Ação para o Salvamento do Projeto Nacional de Infraestrutura, que concebemos, é, no universo de problemas e de soluções, apenas uma pequena contribuição para a nossa imensa Nação.

São Paulo, 8 de setembro de 2015

Os autores